

ATA DE SESSÃO PÚBLICA – AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 01/2025 DTI/PF

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2025, no Auditório do Comando de Operações Táticas – COT, localizado Setor Policial Sul, SPO Quadra 7, Lote 23, Brasília/DF, CEP 70610-200 a Polícia Federal reuniu-se às 09h para abertura da sessão de Audiência Pública n° 01/2025 DTI/PF sendo a sessão presidida pelo servidor Alex Halti Cabral. A mesa de honra foi composta pelo Excelentíssimo Senhor Diretor do Instituto Nacional de Identificação Alex Halti Cabral, pelo Excelentíssimo Senhor Diretor Substituto do Instituto Nacional de Identificação Alexandre Silva Donnici pelo Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação Eduardo Alex Peixoto Ruiz, pelo integrante técnico titular da Equipe de Planejamento da Contratação Saulo Giovani de Matos Silva, e como apoio à Equipe de Planejamento da Contratação Isabela Moraes Ataide Venturim.

A PPF Mylena fez a abertura da Audiência Pública, convocada pelos documentos divulgados no Diário Oficial da União e na plataforma Participa + Brasil, às 09h17min explicando seu objeto, dando orientações iniciais e convidando os membros a compor a mesa.

O senho Diretor do INI deu início a Audiência Pública e disse se sentir honrado em estar realizando esta Audiência no COT. Reforçou a importância de escutar demandas das empresas para que possamos escrever um Termo de Referência consistente, atualizado e moderno. Acrescentou também a importância da participação efetiva de todos os presentes. Agradeceu à DTI, agradece ao INI e às empresas presentes. Agradeceu também o colega Saulo pelo empenho. Informou que a Polícia Federal está saindo de uma solução para uma que é 6x maior que a atual e que isso é muito relevante para a PF e Segurança Pública de todo o país como um todo.

O PPF Saulo Giovani de Matos Silva agradeceu a presença de todos e a participação das empresas na Consulta Pública e na Audiência. Reforçou a importância desse contato com as empresas para que o nosso Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência sejam os mais reais possíveis. Falou que o objetivo da contratação é continuar tendo um ABIS bom porém com capacidade maior e alguns novos requisitos sem muitas alterações radicais. Informou que uma das maiores mudanças é a volumetria e a outra a forma como será feita a contratação – contratação por serviço. Ressaltou também as alterações realizadas entre a minuta apresentada para a Consulta Pública e a minuta apresentada para a Audiência Pública. Agradeceu ao COT pela cessão do espaço e a DTI pelo apoio em toda a contratação.

A PPF Mylena leu as regras da Audiência Pública que se resumem a:

- a) As discussões serão norteadas pela pauta disponibilizada e serão divididas item por item e novos itens poderão ser adicionados pela Equipe de Planejamento de Contratação a qualquer tempo.
- b) Os participantes poderão se inscrever para sanar dúvidas, colher ou prestar informações de acordo com cada item disposto na pauta, limitando-se a participação de 1 (um) interlocutor por empresa para cada item;
- c) Ao se manifestar, o representante deve expressar nome e a empresa que representa.

- d) Cada inscrito terá o tempo de uso da palavra por no máximo 3 (três) minutos para realização do questionamento/sugestão, sendo concedido direito a réplica de até no máximo 2 (dois) minutos;
- e) Discutida a pauta, cada empresa terá 10 minutos para outras considerações, podendo os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, ao final, solicitar, se necessário, esclarecimentos adicionais sobre aspectos específicos das intervenções apresentadas.
- f) As empresas que optarem por realizar suas manifestações por escrito poderão fazê-la para o endereço eletrônico: assessoria.ini.dpa@pf.gov.br;
- g) Será entregue um **formulário de questionamentos** que pode ser utilizado como modelo para as manifestações, que deve ser enviado para o endereço eletrônico: assessoria.ini.dpa@pf.gov.br (o mesmo que foi feito a confirmação de presença desta audiência);
- h) Questionamentos genéricos, sem especificidade do item ou sem exposição de motivos serão de pronto indeferidos;
- i) Inicialmente, o prazo que foi publicado seria de recebimento dessas manifestações em até 48h após a audiência. Entretanto, a Equipe de Planejamento da Contratação decidiu ampliar esse prazo, concedendo o recebimento de manifestações até o dia **05 de dezembro de 2025**.
- j) Ao final dessa audiência, o representante oficial da empresa deve se dirigir até a mesa para assinatura da Ata, a qual, posteriormente, será enviada a todos os participantes, conforme lista de presença e e-mail previamente informados

Foi realizada a chamada às 09h29min. Estavam presentes

Nome da empresa	Nome
Akiyama	Álvaro Júnior
Akiyama	Artur Pinto
Akiyama	Júlio Caetano
Global Web	Diego Figueiredo
Global Web	Leandro Araujo
Global Web	Leonardo Assis
Griaule	Andre Braga
Griaule	Clenio Belluco
Griaule	Cristian Moecke
Griaule	Marcello Batista
Griaule	Thiago Ribeiro
Idemia	Marcio Lambert
Idemia	Olivier Brun
Innovatrics	Carlos Okada
Innovatrics	Haroldo Medeiros
Innovatrics	Pablo Borba
Montreal	Antonio Censi
NEC	Adriano Finamore
NEC	Robson Brito

POSITIVO	Marco Lallo
THALES	Cassiano Garcia
THALES	Georges Poulet
VALID	Jeferson Abade
VALID	Thiago Pereira
IAFIS	Marcelo Faust

Iniciaram-se as discussões relativas ao Item 1 - Formação de Preço

Saulo (PF) comentou que a formação de preço é feita com várias informações e as propostas das empresas é uma delas. Em um objeto de tamanha complexidade as propostas das empresas tornam-se ainda mais importantes. Necessitamos saber o que as empresas precisam para que nos apresentem a formação de preços. Se for necessário algum tipo de sigilo até a publicação da contratação podemos verificar o que a lei nos permite. Se for necessário apenas um lapso de tempo, por favor nos informem.

Item 1 A

Cassiano (Thales) – agradeceu oportunidade de estar colaborando nesse projeto tão importante para a PF. Para essa especificação necessita de alguns elementos técnicos: a PF já possui equipamentos em campo e a listagem desses equipamentos (marca, modelo e vida útil; prognostico de contratação futura e ampliação da quantidade desses equipamentos). Informação sobre o Data Center – PF fornecerá infraestrutura e empresas hardware – existe alguma arquitetura desejada?

Eduardo Alex (PF) – Infraestrutura depende da melhor eficiência que cada empresa oferecer e do hardware que melhor suportar a solução oferecida pela empresa. A DTI não tem preferências sobre isso. Pretendemos especificar a parte de eficiência energética e capacidade máxima em Watts e o espaço físico disponível. Isso será levantado conforme as especificações de hardware enviadas.

Saulo (PF) – Equipamentos para sistemas clientes são computadores Windows 11 com 16 G de RAM. Gostaria de saber de quais informações exatamente as empresas precisam saber. Dispositivos móveis – provavelmente celular Android não muito desatualizado, versões mais recentes. Será necessário informar mais do que isso?

Cassiano (Thales) – Para os periféricos é importante também apresentar marca e modelo pois os dispositivos de leitores possuem diferentes SDK de integração. Seria importante receber as listas de marca modelo. As marcas são de menor importância. É mais a questão de dispositivos que integrarão a composição.

Thiago (Griaule) – agradeceu INI e DTI pela organização da consulta e da audiência. Item 6.1 do ETP especifica o banco de dados. Griaule se preocupa em relação ao resguardo dos dados pelo DPF porém gostaria que não houvesse essa limitação do banco de dados pois cada solução tem uma arquitetura e utiliza tecnologias diferentes. Sugestão de especificação que o DPF tenha acesso aos dados do banco de dados relacional porém sem a especificação atual. Isso pode impactar no preço ofertado pela empresa.

Saulo (PF) – Acredita que essa especificação seja em função da integração com os servidores que a PF possui atualmente. Entende que é necessário verificar internamente e solicita o envio por e-mail para que seja respondido de forma melhor posteriormente.

Thiago (Griaule) – diz que enviará por e-mail.

Pablo (Innovatrics) – Não viu nos documentos disponibilizados nada sobre migração de latentes. Espera-se migração de latentes ou não? Qual o número de latentes será migrado? Não conseguiu entender a volumetria total do sistema. Qual a volumetria de palma? Quais seriam as outras bases de apoio? Qual o impacto disso na volumetria? Como será tratado o ruído de fundo das demais bases que serão recebidas? Seria mais relacionado ao Controle de Qualidade da base, isso pode impactar na necessidade de hardware.

Saulo (PF) – em relação a volumetria. Todos os registros atuais deverão ser migrados. Em relação as latentes, elas deverão ser migradas porém não é necessário ser deduplicadas. Deca – 270 milhões. Latentes 1,6 milhão. Essas decas já incluem estrangeiros e etc. A migração e deduplicação são dos registros atuais do sistema e não dos que iremos obter via ACTs. Palmar falamos em 50mil pares da palmar completa. O Controle de qualidade será realizado no fluxo habitual do ABIS.

Marcio Lambert (Idemia) – No certame anterior a PF definiu a quantidade e a especificação dos servidores e os licitantes tinham que se adequar a essa limitação para fazer o sistema funcionar. No momento será feita avaliação de cada solução para adequar a infraestrutura, está correto?

Eduardo Alex (PF) - Sim está correto. Definiremos espaço físico e potência energética.

Saulo (PF) – a quantidade e qualidade de máquinas será à critério da empresa. Somente limitaremos em relação a ocupação de espaço físico e limitação energética. Foram informadas pelas empresas algo entre 20 e 55 máquinas. A partir disso podemos conseguir começar a ajustar os fatores em relação a espaço físico.

Lambert (Idemia) – Quantitativo de processamento fica à critério de cada empresa levando em conta equilíbrio energético. A performance fica como? Se uma empresa usar menos máquinas com performance geral do sistema no limiar como vamos comparar com outra com mais consumo energético e performance melhor?

Saulo (PF) – Será definido um limite máximo de consumo de espaço e energia. Não será feita essa comparação dita pelo Marcio.

Eduardo Alex (PF) – Comparou performance. Temos que trabalhar com aspectos no papel. Realmente definir os limites máximos e o hardware deve suportar o funcionamento da solução que forem especificadas pela EPC.

Saulo (PF) – atendidos aos requisitos de capacidade técnica, espaço e energia provavelmente será comparado pelo menor preço.

ITEM 1 B

Cassiano (Thales) – Tentar entender como a PF tem pensado em implementar esse tipo de pagamento. Se na entrega do produto existe um primeiro pagamento e no suporte e manutenção seriam pagamentos mensais. Esse é o entendimento que devemos levar?

Saulo (PF) – No detalhamento da pauta tem um CFF que pensamos para o pagamento dos 5 itens. 4 seriam entregas unitárias (P executivo, migração, instalação e capacitação) que estimamos um período de tempo para serem entregues. O serviço de comparação biométrica de fato e manutenção após a entrega dos 4 itens ele começa a valer como sendo um serviço mensal.

Saulo (PF) – mercado não tem nenhuma restrição de pagamento? Não tem preferência? Como prestam serviços para outros lugares?

Thiago (Valid) – Vocês terão os primeiros setups e depois um custo mensal? Como seria? Vocês teriam uma recorrência de inserções? É variável de que forma? Pelas CINs recebidas? Como vocês imaginam o pagamento variável? Em alguns locais paga-se por registro ou emissão de carteira.

Saulo (PF) – é isso que gostaríamos de saber, como é pago em outras contratações. No caso da Valid é por registro.

Thiago (Valid) – o híbrido é sustentável para quando as inserções são irregulares. Pois reparte-se os custos.

Olivier (IDEMIA) – tem todos os tipos de soluções no mercado. Quanto mais pagamentos antecipados o projeto tiver, mais barato fica o projeto. Postergar pagamentos encarece o projeto e quem acaba arcado com isso é a Polícia Federal. No mercado tudo é possível. O melhor para a empresa é receber uma parcela no início da contratação, uma parte na entrega e uma parte no decorrer da contratação do sistema. O mercado tem funcionado da forma de pagar pelo serviço realmente recebido, porém isso tem um custo.

Donicci (PF) – Objetivo de INI é de construir com as empresas. Gostaria que as empresas se sentissem à vontade para falar como as empresas já fazem. Queremos ouvir e nos adaptar na medida do possível. Se ninguém falar nada a gente vai entender que o que estamos propondo está bom. Reforça para que as empresas não se sintam coibidas e coloquem para nós o que fazem. Somos parceiros e estamos dispostos a ouvir.

Saulo (PF) – explica o cronograma físico financeiro e pergunta se o ideal seria um pagamento antes do início.

Olivier (Idemia) – vocês vão pedir estimativa de preços. 2 esquemas – porcentagem no projeto executivo, porcentagem na entrega do sistema e porcentagem mensal ou somente mensal. Pedir os dois tipos de orçamento para compararmos. Ele não sabe o que pode ser mais interessante para a PF e como funciona a nossa disponibilidade de orçamento.

Saulo (PF) – pode garantir que contratações públicas são guiadas pela previsibilidade e transparência.

Georges Poulet (Thales) – Nenhuma empresa aqui presente é um banco. Se pagar a vista paga menos do que pagar parcelado. Para ser sincero as empresas estão construindo preços em funções do custo e do fluxo de caixa. A maneira mais econômica é o recebimento do maior possível de acordo com o fluxo de caixa de saída para a empresa. Se tiver um adiantamento a empresa consegue ter menores custos. Primeiro pagamento em 4 meses o custo financeiro para a empresa é pequeno, já o que demora 12 meses inclui um custo financeiro maior para a empresa. Como não somos bancos o parcelamento não é grátis. É melhor itens com duração menor. Se fatiar em parcelas menores, pagamentos menos espaçados tem menos custo.

Saulo (PF) – precisamos verificar a viabilidade no que a legislação permite em questão de adiantamentos em contratações públicas. Podemos tentar propor um novo Cronograma Físico Financeiro. Existem formas de pensar como faríamos o adiantamento disso dentro da lei. Não se comprometeu a dar uma resposta agora.

Eduardo Alex (PF) – contratações públicas é tradicional pagar somente após o recebimento. E é quase inevitável isso. Podemos pensar como o Saulo falou em um percentual para tentar reduzir o custo financeiro da empresa.

Carlos Okada (Innovatrics) – Olhando o cronograma o último item. Vai ter uma granularidade? É proporcional a inserção na base? A emissão de registro? Tem algum valor que vai ser uniforme por mês ou não?

Saulo (PF) – Gostaríamos de saber como as empresas tem feito e ainda não sabemos como desmembrar esse item até o momento. Se o pagamento for variável em alguma parcela eu tenho que saber medi-lo e sendo variável como as empresas costumam medi-lo? Como é feito na inovatrics?

Carlos Okada (Innovatrics) – depende dos contratos. É possível um valor fixo mensal, de forma que a PF tenha uma previsibilidade orçamentária. Existem outros projetos que pagam por inserções na base. Isso depende muito do orçamento do órgão.

Saulo (PF) – alguma empresa tem algum outro parâmetro variável que não seja por registro.

Thiago (Griaule) – cenário é bastante heterogêneo. Comuns: compra licenças e manutenção das licenças. Cobrança por registro, emissão de documentos, valor fixo mensal simples subscription ou modelo fixo mensal + variável mensal de acordo com emissões. Subscription é mais previsível. A manutenção é inclusa nesse modelo. Fixo mensal é interessante por ter previsibilidade para os dois lados. Item interessante de uma linha de implantação do hardware como etapa do pagamento no Cronograma físico financeiro.

Saulo (PF) – modelo de compra de licenças com manutenção das licenças ele entende como fixo. Alguma outra empresa tem algum outro tipo de variável que não seja por registro?

ITEM C

Saulo (PF) – queremos saber como a quantidade de usuários impacta na formação do preço? É a mesma quantidade para 10 usuários ou 600? Gostaríamos de saber para se for

necessário estimarmos isso dentro da PF. Atualmente temos licenças flutuantes. Temos usuários e podemos cadastrar mais. Temos a limitação de usos simultâneos. Gostaríamos de saber o que isso interfere no preço

Cassiano (Thales) – É importante para todas as empresas principalmente para saber sobre as transações com a ocorrência por conta da maior utilização de hardware. É fundamental as empresas receberem um quantitativo de licenciamento para dimensionarem o backend especificamente.

Thiago (Griaule) – interessante ter conhecimento do número a nível de qualificação técnica do projeto. Limitação de usuários. É sabido que existem ACTs e muitos estados tem dificuldade de acesso. Licenciamento ilimitado é mais vantajoso pro DPF e traz ganhos de produtividade nas pontas.

Olivier (Idemia) – reforçar que o preço depende da constituição de custo. Custo tem a parte fixa da customização e etc e tem uma parte variável que depende da quantidade de usuários. Tem que ter um limite sim (a questão de licenças flutuantes já é considerada um limite). 200 licenças não custam o dobro de 100 licenças pela questão de custo fixo. Interessante pedir dois quantitativos quando for pedir a formação de preços das empresas para que nós avaliemos se vale a pena incluir mais licenças ou não.

Marcio Okada (Innovatrics) – a quantidade de usuários em si não é limitação. Quantos mais usuários utilizando concomitantemente podem ter degradações em tempo de resposta e prejudicar o funcionamento do sistema. Se a PF conceder mais acessos aos estados tivermos mais usuários simultâneos terá mais usuários utilizando hardware.

Alvaro (Akiyama) – Quando se fala de usuários se fala também em perfil de usuário (consulta ou latentes – latentes são pesquisas mais pesadas). Pode-se limitar a quantidade de perfis de usuários específicos.

Iniciaram-se as discussões relativas ao Item 2 – Proposta de Cronograma Físico-Financeiro às 10h32min.

ITEM 2A

Saulo (PF) – item 2 refere-se ao cronograma que apresentamos, dividido em 5 itens, 4 entregas unitárias. Gostaríamos de validar os prazos e saber se tem a necessidade de novos itens que dê para fatiar melhor a questão do pagamento. Explicar eventuais dúvidas. 3 meses de PE com 1 mês de validação. 12 meses migração e deduplicação dos dados, 2 meses validação. Apresentamos algumas tarefas em paralelo. Serviço de instalação nacional – instalação dos sistemas clientes (estaçao de trabalho pericial, estação de cadastramento e dispositivos móveis). Serviço de capacitação. Foi sugerido sobre inserir a instalação de hardware. Qual o tempo sugerido? Alguém sugere algum outro item a ser incluído? Incentiva as empresas a comentar o cronograma proposto.

Thiago (Griaule) – de uma maneira geral considerou os prazo alongados. Entende que é possível que os serviços sejam realizados em um prazo mais curto. PE 1 mês. Migração 6 meses. Hardware responderá depois porque depende dos fornecedores de hardware do

mercado. Muitos fabricantes têm necessidade de importação. Podem levantar dados históricos e compartilhar com a gente.

Marcio (Innovatrics) – Capacitação/treinamento deve acontecer o mais próximo da entrada em operação do sistema. Se é feita muito antes um pouco do conceito é perdido.

Saulo (PF) – explica que o serviço de capacitação seria realizado para o INI que replicariam o curso. Na nossa experiência anterior não foi tão interessante a empresa dar o curso diretamente para os outros usuários. Adiantamos isso no cronograma para que os nossos servidores capacitassem outros.

Olivier (IDEMIA) – em relação a customização. A empresa precisa de fazer um trabalho “em casa” para ajustar/customizar o sistema conforme solicitado. Isso leva meses e não está no cronograma. Também sente falta da integração. A customização e atender as nossas expectativas custa de 80 a 90% do preço. Entende que a migração seria mais rápida do que apresentado. Também acredita que a capacitação deve ser mais pro final do projeto. Acredita que a migração deve ser mais para o fim também, acredita que é algo mais rápido.

Saulo (PF) – pede para explicar melhor sobre a customização e integração. Tentamos simplificar um pouco a parte da customização por meio da lista de APIs.

Olivier (Idemia) – chegar o software e começar a testar. A customização nunca é “seca”. Projeto executivo umas 500 páginas de especificações. Documento de arquitetura mais umas 200 páginas. A PF vai validando o que eles vão apresentado. Até o Projeto Executivo vocês não sabem bem o que querem então a empresa vai apresentando itens e a PF vai validando a medida. Para nós customização e integração é uma coisa só, para a empresa é algo separado. Customização vai do projeto executivo até o Go Live.

Saulo (PF) – confirma com as empresas que a customização é algo que ocorre em paralelo durante todo o projeto.

Eduardo Alex (PF) - estamos acostumados a comprar muita coisa pela DTI. A empresa vencedora terá o tempo do projeto executivo para ir comprando o hardware. Acredita que o prazo de uns 4 meses deve ser suficiente.

Donicci (PF) – vivi os projetos de contratação anteriores e entendo perfeitamente o questionamento sobre customização. Reforça que o INI está caminhando para um projeto de simplificação do ABIS.

Thiago (VALID) – ABIS da PF integra com outros institutos e entidades – pode se considerar uma UST (unidade de serviço técnico) para alguma customização pontual futura. Crê que é interessante para adequar ao parque técnico dos parceiros. Trouxe isso com base em experiências de outras contratações. O serviço de UST seria algo além da manutenção já prevista.

Eduardo Alex (PF) – esse serviço vai estar embutido no serviço de manutenção.

Thiago (Valid) – reforça que é algo a parte da manutenção. É algo referente a algo que não foi previsto inicialmente na contratação.

Eduardo Alex (PF) – temos outros projetos na DTI que possuem USTs. Podemos considerar isso como um item a integrar o edital e o Saulo pode confirmar isso futuramente.

Saulo (PF) – avaliaremos a possibilidade. Experiencia de vocês? Quantas USTs são contratados? Por ano?

Thiago (Valid) – sugestão de deixar 30.000 USTs. São pagas por uso. Se não usar não paga.

Saulo (PF) – acreditam que 3 meses de treinamento é suficiente?

Thiago (Valid) – sugestão de manter os prazos. Se a empresa conseguir fazer antes, recebe antes. Porém 3 meses é um bom prazo. Gostaria de saber se o cronograma físico financeiro é flexível ou não?

Saulo (PF) – entende que é possível antecipações no cronograma sim e que o pagamento pode ser feito à medida das realizações. A mudança de um ano para outro impacta nos pagamentos e precisamos nos organizar para isso.

Marcio Lambert (Idemia) – Projeto anterior apresentou atrasos pois dezenas de requisitos novos vieram a tona. Se não estiver equivocado foram centenas. Se o edital tivesse sido seguido a risca o sistema entregue seria outro. Não sabemos quem será a empresa que vencerá o certame, porém crê que teorizar que a integração será rápida é irrazoável.

Saulo (PF) – migração e deduplicação – entende-se que as empresas acham viável reduzir. Estamos falando de em torno de 46 milhões de registros. Isso seria após a instalações de hardware.

Olivier (Idemia) – Já tendo o hardware podemos começar a migrar os dados. É importante que estejam finalizados no dia do Go Live. Não ficou muito claro como será o Go Live. Quanto tempo após a assinatura do contrato? A migração e deduplicação é algo mais interno da empresa. O importante para a PF é receber isso no prazo. Tem que estar muito claro o tema do pagamento porque terá impacto relevante no custo. Organizar para que tudo convirja no dia do Go Live. Sugestão de colocar migração e deduplicação começando uns 5 ou 6 meses antes do Go Live. Precisa-se esclarecer melhor a data do Go Live.

Alvaro (Akiyama) – Entende que na migração receberão os NISTs, deduplicarão os registros. Considerando que o novo algoritmo seja mais preciso e disruptivo em relação a precisão. Não é indicado de fazer uma checagem das latentes após a implantação?

Saulo (PF) – Em resposta a pergunta do Alvaro não. Não estamos prevendo isso para as latentes. Respondendo ao Olivier – o Go live está orientado ao final da migração (que é o último item do cronograma). Vamos marcar o Go Live para o momento em que o sistema começa a receber pagamentos mensais. Em relação a adiantamento de custos e pagamentos e que hardware é um ponto caro podemos incluir a instalação do hardware. Lembrando que a PF não tem interesse em adquirir esse hardware, o fornecimento desse hardware faz parte do serviço de comparação biométrica solicitado.

Olivier (Idemia) – Sugere 3 meses de Projeto Executivo. Acredita que o Go Live pode ser antecipado para 12 ou 14 meses (ao invés dos 18 previstos). O Sistema Cliente é um passo B da customização. As empresas começam a preparar o sistema central e mais a frente customiza os sistemas clientes em relação ao sistema central. A capacitação já é feita com o sistema quase acabado, pelo menos a empresa que ele representa. Reforça que a capacitação deve ser mais próxima do Go Live.

Donicci (PF) – O cronograma deve ser um cronograma de viabilização para todos. Estamos tentando contemplar a todas as empresas. Se as empresas conseguirem entregar antes ótimo. Quando colocamos, por exemplo, 12 meses, não quer dizer que queremos em 12 meses, quer dizer que consideramos esse prazo razoável para que seja concluída a etapa.

Saulo (PF) – nessa ótica. Os prazos apresentados são razoáveis? Todos estão achando os prazos apresentados elevados?

Olivier (Idemia) – Referência que do projeto anterior entre assinatura do contrato e Go Live foram 15 meses. Sugere não abaixo de 12 meses, perspectiva realística 14 meses.

Saulo (PF) – queremos receber o sistema rápido porém mais importante que receber rápido é não atrasar o cronograma proposto, porém o cronograma deve ser realístico.

Eduardo Alex (PF) – instalação de hardware seriam 4 meses do começo e não depois do projeto executivo. Acredita que como a licitante já venceu a compra do hardware já pode iniciar.

Olivier (Idemia) – Ponto de vista da idemia eles não comprariam o hardware logo no início. Provavelmente precisará uns 4 ou 5 meses antes do Go Live. Dito isso compraria uns três meses antes dessa necessidade. O momento de compra e instalação é muito específico de cada empresa.

Cassiano (Thales) – normalmente durante a fase de Projeto Executivo alguns ajustes em quantidade de hardware podem ser necessários. Seria fundamental colocar a compra do hardware após a validação do projeto executivo. Por volta de 4 a 5 meses seria algo viável. Migração depende da qualidade dos pacotes NISTs que serão recebidos. Deixaria algo em torno de 11 a 12 meses após a aprovação do projeto executivo.

Thiago (VALID) – estamos falando de uma solução integrada. A PF vai dizer limitação de espaço e energia e daí pra frente a responsabilidade é da contratada. 5 meses para hardware seria viável. Considera o cronograma atual razoável.

Marco (POSITIVO) – a Positivo tem condições de fornecer Hardware como serviço. O Hardware que começa a operação não será o que terminará o serviço. Há alguma previsão de como pagaremos por isso?

Saulo (PF) – A PF não se interessa em saber como as empresas vão contratar, qual será a quantidade inicial e qual será a final. Temos a previsão de quantos registros serão inseridos na base inicialmente e uma quantidade estimada anual. Cada empresa fará sua estimativa e planejamento de máquinas. O valor das máquinas estaria embutido no serviço de comparação

biométrica. Os cronogramas de capacitação podem ser alterados ao longo do projeto. Em relação a quantidade de meses parece razoável?

Cassiano (Thales) – A quantidade de meses para capacitação saltou aos olhos. Em geral a capacitação é mais curta. Por ser um treinamento centralizado poderia ser considerado 1 mês.

Saulo (PF) – ETP prevê um carga horária de 110 horas. É factível dividir em um mês. Haverá uma outra turma de 60 horas. Somando 170 horas de capacitação no total.

André (Griaule) – Critérios sobre desempenho e quantidade de máquinas foram elencados. Um incômodo é que o risco está sendo passado ao fornecedor, há um cronograma de como deve ser seguido, porém quando se une todos os elementos como se compara qual será a proposta mais vantajosa? Com essa lógica atual de contratação alguns itens podem ser mascarados. Como a PF fará a avaliação de qual projeto atende melhor às necessidades? Como todos os elementos serão levados em conta para que se compare OBJETIVAMENTE qual será a proposta mais vantajosa. Não tem uma proposta. Apenas uma preocupação.

Saulo (PF) – também é uma preocupação nossa. Alguns itens não são definidos no ETP (fase atual). Podemos utilizar atestados de capacidades técnicas, testes NISTs, contratações semelhantes. Necessidade energética e espaço ocupado será definido pelo menor preço.

André (Griaule) – como será dito/ calculado se o menor preço é exequível? Como isso será evidenciado? Temos que ter critérios de comparação. Nem sempre o menor preço é o mais vantajoso.

Morum (PF) – Essa parte da exequibilidade é uma dor de cabeça em qualquer processo de contratação. Tem certeza que a equipe do INI fará uma estimativa de demanda bem detalhada e lá constará as informações que serão necessárias para que as empresas façam propostas coerentes. Mesmo quando falamos que o valor é inexequível temos que provar que efetivamente é. Na minha experiência acaba indo muito para a execução contratual e a empresa acaba sendo penalizada até com a possibilidade de não poder participar mais em licitações futuras. E se, for o caso, teremos que fazer uma nova licitação.

Iniciaram-se as discussões relativas ao Item 3 – Biometria Neonatal e Infantil

ITEM A

Saulo (PF) – contextualizou o item. Pacto da identificação neonatal fez com que essa pauta se torna um requisito da contratação da Polícia Federal. É viável ou não a separação de bancos? 7 anos é viável ou não?

Thiago (VALID) – é um processo muito recente e novo. Estamos com avanços na tecnologia de coleta. Já estão trabalhando com esse tipo de coleta em alguns estados. Considera 7 anos viável. Bases antigas de crianças abaixo de sete anos em regra não possuem muita qualidade, as novas já possuem qualidade melhor.

Cassiano (Thales) – reforça que é um assunto novo. Não existe um padrão nem nacional nem internacional até o momento. Entendeu que a separação uma vez que entra uma pessoa no sistema com menos de 7 anos ela será comparada apenas com as pessoas deste grupo e que não

haverá uma comparação com o grupo de pessoas acima de 7 anos. Qual a direção que a PF tem olhado para a captura de biometria neonatal? Qual tecnologia está endereçada para essa finalidade?

Carlos Okada (Innovatrics) – acha que é importante essa segmentação. Gostaria de entender se não estar sendo considerada captura entintada ou se será somente via leitores biométricos especializados.

Saulo (PF) – provavelmente receberemos todo o tipo de coleta mas não esperamos qualidade de coleta entintada.

Alvaro (Akiyama) – Não parece ser problema algo com qualidade ruim porque o sistema é capaz de separar o que vai e o que não vai para o comparador.

Em geral as empresas consideraram factível a separação dos bancos.

Às 12h03min a sessão foi suspensa para realização de uma pausa para almoço. As atividades foram retomadas às 13h45min.

Foi realizada a segunda chamada às 13h45.

Iniciaram-se as discussões relativas ao Item 4 - Subcontratação.

Thiago (VALID) – Pontua a importância no projeto de solução integrada com esse porte permissão da subcontratação e consórcio para que apresentem todas as garantias possíveis. O mercado hoje no Brasil já funciona dessa forma com subcontratações. É a favor da permissão de subcontratação de partes do processo para que possa entregar da melhor forma toda a solução.

Saulo (PF) – Pergunta sobre a diferenciação entre consórcio e subcontratação. Se para a empresa seria necessário os dois. Explica que para contratações públicas precisa-se especificar melhor quais pontos devem ser subcontratados.

Thiago (VALID) – deixar os dois caminhos abertos para que a empresa tivesse um certo grau de discricionariedade para realizar a contratação. Diz que apresentará até o dia 05/12 algo mais detalhado.

Olivier (IDEMIA) – Será permitido subcontratação de hardware? As empresas devem tentar trazer para um consórcio talvez pela questão tributária. Tem alguns pontos de software (virtualização) que também poderiam ser subcontratados. O atual foi fornecido pela Polícia Federal, como será na próxima contratação? Ainda não está claro nos documentos que foram apresentados.

Saulo (PF) – Entende o que foi dito e vai buscar mais informações sobre isso para apresentar futuramente.

Arthur (Akiyama) – Reforçar sobre consórcio e contratação. Um serviço integrado exige isso. Entendem que existem alguns requisitos do edital restritivos que podem ser exigidos pela contratante. Enviarão futuramente detalhamentos maiores, precisam verificar internamente antes de se posicionar oficialmente.

Após o exaurimento dos itens elencados na Pauta proposta foi aberta a palavra para que as empresas que desejasse com a limitação temporal de dez minutos por empresa conforme previsto no Edital da Audiência Pública publicado no Diário Oficial da União e na Plataforma Participa + Brasil. As empresas foram chamadas em ordem alfabética para se pronunciar caso desejassem.

Akiyama

Arthur – agradeceu a oportunidade de poder contribuir no processo. Informou que não tem considerações finais.

Global Web

Leonardo – entende que a reunião foi produtiva e que enviará mais contribuições por e-mail futuramente.

Griaule

Thiago – agradeceu em nome da Griaule e parabenizou a equipe do DPF pela organização. Também enviarão mais contribuições por e-mail.

IAFIS

Sem representantes no momento em que foi solicitada.

IDEMIA

Olivier – agradecer a oportunidade também. Reforçou que falamos muito sobre a parte anterior ao Go Live porém o Termo de Referência deve abordar também informações após o Go Live a exemplo de como será fornecida a manutenção do hardware.

Saulo (PF) – A intenção é que a manutenção tanto do software quanto do hardware fique a cargo da empresa contratada.

Olivier – Isso implica uma presença bem maior da contratada no momento pós contratação.

Innovatrics

Carlos Okada – agradeceu e parabenizou a PF pela realização da audiência. Ressaltou dois pontos: observação aos critérios de qualificação dos benchmarks e realização de prova de conceito bastante detalhada para evidenciar a qualidade do produto que está sendo adquirida.

Montreal

Antonio – parabenizou pela organização e disse que o projeto está com uma base muito boa.

NEC

Sem representantes no momento em que foi solicitada.

Positivo

Marco - Agradeceu a oportunidade de participação. Colocou a empresa a disposição para fornecimento de hardware e informou que não disponibiliza esse tipo de software no momento.

Thales

Cassiano – Agradeceu e parabenizou. A Thales enviará questionamentos e sugestões até dia 05/12. Como um projeto que está desenhado para 10 anos possivelmente na metade do contrato haverá necessidade de um refresh tecnológico e isso é um dimensionamento necessário ao longo do tempo.

VALID

Thiago – Parabenizou a PF e aos demais presentes pelo nível das discussões. Ratificou questionamentos da Thales e Innovatrics. Considera prova de conceito importante.

Às 14h11min do dia 27 de novembro de 2025 foi declarada encerrada a Audiência Pública n°01/2025 DTI/PF.

Nada mais havendo a ser consignado, Isabela Morais Ataide Venturim e Lucas César Pereira Vale lavram e subscrevem esta ata que após lida e declarada conforme será por todos devidamente assinada.

Brasília, 27 de novembro de 2025